



Banco Citibank S.A.

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

www.citi.com.br

Relatório da Administração

Apresentação: A Diretoria do Banco Citibank S.A. (Banco), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos administradores as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: O Banco apresentou um lucro líquido de R\$ 1.652.484 (2023 - R\$ 1.723.641), correspondente a R\$ 58,38 (2023 - R\$ 60,89) por lote de mil ações, o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio de 30,89% (2023 - 30,82%). Em 31 de dezembro de 2024, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 13,56% (31/12/2023 - 14,86%).

Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Banco pagou juros sobre capital próprio no valor de R\$ 320.000 (2023 - R\$ 358.000) e também distribuiu dividendos no montante de R\$ 1.206.000 (2023 - R\$ 1.695.000).

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é formado por até um representante da Diretoria e dois Membros Independentes e tem como principais atribuições as seguintes atividades: (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Citibank no Brasil, incluindo notas explicativas e relatório da auditoria externa; (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias

interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas e; (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente no nível do controlador Citigroup Inc. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê, acompanha as Demonstrações Financeiras do exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2024, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 27 de março de 2025.

São Paulo, 27 de março de 2025.

A Diretoria

Balancos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Disponibilidades	4	10.634.734	4.039.426	Passivos Financeiros		204.286.752	164.648.342
Ativos financeiros		198.670.333	167.423.790	Depósitos	18	93.762.072	74.510.765
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	55.822.240	35.331.121	Depósitos à vista		8.111.156	8.086.849
Aplicações em operações compromissadas		29.453.198	31.433.029	Depósitos interfinanceiros		13.114.015	8.144.459
Aplicações em depósitos interfinanceiros		3.172.043	3.058.092	Depósitos a prazo		72.536.901	58.279.457
Aplicações voluntárias no Banco Central		23.196.999	840.000	Captações no mercado aberto	19	20.135.126	20.672.322
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6 e 7	64.664.258	61.161.474	Carteira própria		9.946.121	11.020.225
Carteira própria		28.631.537	25.197.953	Carteira de terceiros		8.085.561	6.897.432
Vinculados a operações compromissadas		8.215.435	10.635.259	Carteira livre movimentação		2.103.444	2.754.665
Instrumentos financeiros derivativos		17.626.989	11.261.265	Recursos de aceites e emissão de títulos		6.005.511	6.252.591
Vinculados à prestação de garantias		10.190.297	14.066.997	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		5.758.387	5.998.290
Relações interfinanceiras		15.895.687	13.396.547	Certificados de operações estruturadas		247.124	254.301
Depósitos no Banco Central		15.895.682	13.396.547	Relações interfinanceiras	34.b	1.954.142	2.468.469
Correspondentes no país		5	-	Correspondentes no país		1.954.142	2.468.469
Operações de crédito	8	18.817.033	16.093.675	Relações interdependências		1.628.857	1.360.269
Operações de crédito - setor privado	8.a	19.228.826	16.232.995	Recursos em trânsito de terceiros		1.628.857	1.360.269
(Provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	8.f	(411.793)	(139.320)	Obrigações por empréstimos	20.a	15.069.071	8.546.890
Operações de arrendamento mercantil	8	312	2.383	Empréstimos no exterior		15.069.071	8.546.890
Operações de arrendamento a receber - setor privado		339	2.612	Obrigações por repasses no país - instituições oficiais	20.b	29.604	11.849
(Provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	8.f	(27)	(229)	Outras instituições		29.604	11.849
Outros ativos financeiros		43.470.803	41.438.590	Obrigações por repasses do exterior	20.b	16.519.284	12.578.168
Créditos por avais e fianças honrados	8.a	239.280	7.468	Repasses do exterior		16.519.284	12.578.168
Carteira de câmbio	9	31.668.004	28.424.837	Instrumentos financeiros derivativos	7	19.983.951	9.377.744
Negociação e intermediação de valores	11	93.763	208.702	Instrumentos financeiros derivativos		19.983.951	9.377.744
Outros créditos com característica de concessão de crédito	8.a	11.850.916	12.896.323	Outros passivos financeiros		29.199.134	28.869.275
(Provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	8.f	(381.160)	(98.740)	Carteira de câmbio	9	26.601.861	24.584.202
Outros ativos		3.330.506	2.558.734	Negociação e intermediação de valores	11	2.597.273	4.285.073
Rendas a receber	10	282.670	243.307	Passivos fiscais	22	646.002	1.576.086
Ativo fiscal corrente	12	170.192	27.207	Corrente		558.891	1.196.546
Ativo fiscal diferido	12	1.834.659	1.162.818	Diferido		87.111	379.540
Diversos	13	1.032.279	1.112.322	Provisões	23	2.876.931	1.962.037
Despesas antecipadas	14	10.706	13.270	Outros passivos		1.197.097	1.500.959
Permanente		730.707	667.830	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		536.635	751.912
Investimentos	15	237.770	176.545	Sociais e estatutárias	21	268.116	249.422
Participações em coligadas e controladas no país		159.638	98.464	Diversas		392.346	499.625
Outros investimentos		84.112	84.061	Patrimônio líquido	26	4.599.498	5.002.356
(Provisões para perdas)		(5.980)	(5.980)	Capital social - de domiciliados no exterior		2.599.740	2.599.740
Imobilizado de uso	16	255.239	276.698	Reservas de lucros		2.375.703	2.248.218
Imóvel de uso		26.894	26.894	Outros resultados abrangentes		(615.945)	153.398
Outras imobilizações de uso		463.060	442.247	Total do Passivo		213.366.280	174.689.780
(Depreciações acumuladas)		(234.715)	(192.443)				
Intangível	17	237.698	214.587				
Ativos intangíveis		527.666	468.926				
(Amortização acumulada)		(289.968)	(254.339)				
Total do Ativo		213.366.280	174.689.780				

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reservas de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	Reserva legal	Reserva estatutária	Reservas especiais de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2022		2.599.740	519.948	1.464.141	594.488	(461.071)	-	4.717.246
Outros resultados abrangentes, títulos disponíveis para venda líquido de impostos	26.f	-	-	-	-	637.572	-	637.572
Outros resultados abrangentes - Benefícios a empregados líquido de impostos	26.f	-	-	-	-	(23.103)	-	(23.103)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	1.723.641	1.723.641
Destinações:								
Reservas	26.b.c e d	-	-	59.077	6.564	-	(65.641)	-
Dividendos	26.e	-	-	(395.000)	-	-	(1.300.000)	(1.695.000)
Juros sobre capital próprio	26.e	-	-	-	-	-	(358.000)	(358.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.599.740	519.948	1.128.218	601.052	153.398	-	5.002.356
Outros resultados abrangentes, títulos disponíveis para venda líquido de impostos	26.f	-	-	-	-	(815.539)	-	(815.539)
Outros resultados abrangentes - Benefícios a empregados líquido de impostos	26.f	-	-	-	-	46.196	-	46.196
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	1.652.484	1.652.484
Destinações:								
Reservas	26.b.c e d	-	-	299.235	33.249	-	(332.484)	-
Dividendos	26.e	-	-	(206.000)	-	-	(1.000.000)	(1.206.000)
Juros sobre capital próprio	26.e	-	-	-	-	-	(320.000)	(320.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.599.740	519.948	1.221.453	634.301	(615.945)	-	4.359.497
Outros resultados abrangentes, títulos disponíveis para venda líquido de impostos	26.f	-	-	-	-	(414.584)	-	(414.584)
Outros resultados abrangentes - Benefícios a empregados líquido de impostos	26.f	-	-	-	-	24.704	-	24.704
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	993.162	993.162
Destinações:								
Reservas	26.b.c e d	-	-	299.235	33.249	-	(332.484)	-
Dividendos	26.e	-	-	(206.000)	-	-	(1.000.000)	(1.206.000)
Juros sobre capital próprio	26.e	-	-	-	-	-	(320.000)	(320.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.599.740	519.948	1.221.453	634.301	(615.945)	-	4.359.497

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Citibank S.A. (Banco), sociedade anônima de capital fechado, controlado pela Citigroup Asia Pacific Holding LLC é a principal entidade financeira do Grupo Citi no Brasil, opera na forma de banco múltiplo, estando autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) com as carteiras comercial, de investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e crédito, financiamento, investimento e de câmbio. Sua matriz está localizada na Avenida Paulista, nº 1.111, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

O Banco opera de forma integrada a um conjunto de empresas no Brasil, utilizando a mesma estrutura administrativa, tecnológica e financeira e segue políticas de gestão de risco corporativo. Portanto, suas Demonstrações Financeiras devem ser consideradas nesse contexto.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil - Bacen, do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Na elaboração dessas Demonstrações Financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do Banco evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

3 Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado
As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência, incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. Como a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.924 em 1º de janeiro de 2022, são observadas as disposições do Pronunciamento Técnico "CPC 47 - Receita de Contrato com o Cliente. Desde a adoção não houve evento cujo tratamento contábil não esteja alinhado ao disposto na legislação tributária.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas notas explicativas e nas demonstrações dos fluxos de caixa, referem-se às disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada e às aplicações em depósitos interfinanceiros contratadas com prazo igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez
A partir de janeiro de 2023 o tratamento contábil das aplicações interfinanceiras de liquidez foi revisado de forma a contemplar os critérios de classificação de instrumentos financeiros na carteira de negociação ou carteira bancária previstos na Resolução BCB nº 111 com as alterações previstas na Resolução BCB nº 306.

As operações vigentes classificadas na carteira bancária são demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado; quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

As operações classificadas na carteira de negociação, com base no artigo 5º da Resolução BCB nº 111 com as alterações previstas na Resolução BCB nº 306, são marcadas a valor de mercado quando a instituição detém compromissos de revenda de títulos negociados em operações compromissadas com acordo de livre movimentação, cujos títulos recebidos como lastro tenham sido vendidos em definitivo.

d) Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:
i. Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são considerados como circulante, independente do seu prazo de vencimento;
ii. Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; e
iii. Títulos disponíveis para venda - Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados no resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais serão reconhecidos no resultado quando da efetiva venda dos respectivos títulos.
O valor de mercado dos títulos públicos e debêntures são apurados segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento e consideram na precificação o risco de crédito. Para títulos privados que não possuem preços indicativos ou observáveis no mercado, os preços são determinados de acordo com metodologia definida pelo Conglomerado Financeiro Citibank Brasil.
O gerenciamento destina e de outros fatores de risco são baseados em modelos internos de análise quantitativa, qualitativa e estatística, que podem exigir julgamento ou estimativa, que permitem o Banco controlar estes fatores em títulos privados. As ações são valorizadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas em bolsa de valores em contrapartida ao resultado do período.
As aplicações em cotas de fundos de investimentos são registradas pelo valor de aquisição e

atualizadas pelos respectivos valores das cotas divulgadas pelos administradores dos fundos. Nas aplicações em cotas de fundos de investimentos, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

e) Direitos e/ou obrigações por empréstimo de ações
As ações cedidas ou tomadas por empréstimos são registradas em conta específica, valorizadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas na bolsa de valores em que habitualmente tem maior negociação, acrescida dos encargos/rendimentos do empréstimo, apropriada diariamente no resultado.

f) Instrumentos financeiros derivativos
Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (hedge), seguindo as premissas da Circular Bacen nº 3.082/2002.

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultados.

g) Operações de crédito
As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos. As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Cessão de crédito
A partir de 1º de janeiro de 2012, entrou em vigência a Resolução nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que alterou o registro das operações de cessões de crédito, realizadas a partir desta data, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse novo normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência. As operações de cessão de créditos classificadas como "retenção substancial dos riscos e benefícios" permanecem registradas no ativo em sua totalidade. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo com contrapartida no passivo referente à obrigação assumida. As receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação. Os créditos cedidos sem "retenção substancial dos riscos e benefícios" são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão.

h) Arrendamentos a receber
As operações de arrendamento mercantil têm seus resultados apurados de acordo com o vencimento das contraprestações. Adicionalmente, o prejuízo apurado ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante de vida útil do bem objeto de arrendamento.
O Banco adota as práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil calculado com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos utilizando a taxa interna de retorno de cada contrato ajustado contra a conta de superveniência ou insuficiência de verificação.
As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

i) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito
A provisão para perdas associadas ao risco de crédito referente a operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, inclusive avais e fianças prestadas, é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, considerando-se a classificação das operações de crédito e de outros ativos financeiros em nove níveis de risco que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual da provisão a ser constituída, dentre as quais se destacam:
A classificação das operações é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade, limite de crédito e as características gerais da operação, bem como as garantias envolvidas.
Operações de câmbio
O Banco constitui provisão adicional aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de acordo com os percentuais adotados em metodologia interna.
As baixas de operações de crédito contra prejuízo (write-offs) são efetuadas após decorridos 6 meses contados a partir da classificação no rating H, desde que apresentem atraso superior a 180 dias.
As operações de crédito renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações registradas como prejuízo e controladas em contas de compensação são classificadas como de rating H. Eventuais ganhos auferidos por ocasião da renegociação são apropriados ao resultado quando efetivamente recebidos. A reclassificação para categoria de menor risco é realizada quando há amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

j) Outros ativos e passivos financeiros
Operações de câmbio
Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. A Instituição não adotou a faculdade prevista na Resolução CMN nº 4.924 de 24 de junho de 2021, que prevê utilização de taxa de câmbio à vista distinta daquela informada pelo Banco Central.
As operações de adiantamentos sobre contratos de câmbio estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos

Demonstrações dos Resultados

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre		Exercícios
		2024	2024	
Receitas da intermediação financeira		10.359.720	21.546.928	14.950.702
Operações de crédito	8.g	2.007.783	5.079	



Banco Citibank S.A.

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

www.citi.com.br

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 e Semestre Finto em 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo. O imobilizado de arrendamento foi reclassificado para a rubrica de "Operações de arrendamento mercantil". O imobilizado das operações regidas pela Portaria nº 140/1984, do Ministério da Fazenda, está reduzido pelo valor da depreciação calculada às taxas previstas pela legislação fiscal, aceleradas em 30%, quando aplicável. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à superveniência ou insuficiência de depreciação.

ii. Intangível

O ativo intangível é composto por: Aquisição e desenvolvimento de softwares registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa anual de 20%, contabilizados a partir de 1º de outubro de 2008.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.534 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos ativos intangíveis serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou o custo de desenvolvimento à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis, e demais custos diretamente atribuíveis, necessários para a preparação do ativo para a finalidade proposta. A amortização será reconhecida mensalmente, ao longo da vida útil estimada do ativo, em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo. Os ativos intangíveis caracterizados como de vida útil indefinida não são amortizáveis.

m) Redução do valor recuperável de ativos (impairment)

O Conselho Monetário Nacional - CMN emitiu em 24 de junho de 2021 a Resolução nº 4.924, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2022, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (impairment), estabelecendo os seguintes critérios:

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de impairment e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável; e

Uma perda por impairment ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

n) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25.

i. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando há existência de evidências que assegurem sua realização. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

Passivos contingentes - Basicamente, decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações civis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Conforme define o CPC 25, as contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões, possíveis, que somente são divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. A análise e classificação das provisões prováveis é realizada com base na avaliação de assessores jurídicos e/ou segundo critérios da Administração que podem levar em consideração natureza, complexidade ou histórico das ações.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescricional da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (2 anos), pois o Banco espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a Justiça do Trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo:

As ações civis e trabalhistas são classificadas como massificadas, relevantes ou significantes, dependendo do valor do pedido.

As ações trabalhistas com pedidos entre R\$ 800 e R\$ 10.000 são consideradas relevantes e provisionadas por meio de um índice percentual aplicado sobre o valor do pedido. O referido índice é calculado de acordo com a média de perda histórica dos processos encerrados nos últimos 18 meses (calculados anualmente), levando em consideração o ganho de causas, bem como o volume e valores pagos em causas que tiveram acordos antes da sentença ou condenações e acordos pós sentença, adicionado do valor de risco existente das causas em aberto.

As ações civis com pedidos superiores a R\$ 300 são consideradas relevantes e as trabalhistas com valores superiores a R\$ 10.000 são consideradas significantes. Tais ações são provisionadas de acordo com uma avaliação individual de risco, cujo prognóstico de perda seja provável. Esta é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobre maneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

As ações fiscais e previdenciárias são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial. São constituídas pelo valor integral em discussão, a depender da avaliação dos consultores legais e/ou da Administração.

As ações são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente.

As ações civis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias estão registradas na rubrica contábil "Provisões".

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 (R\$ 120 no semestre). A partir de 1º de março de 2020, de acordo com o artigo 32 da Emenda Constitucional 103/2019, a instituição financeira passou a calcular a CSLL à alíquota de 20%. Posteriormente, por meio da promulgação da Lei nº 14.446/2022, a alíquota da CSLL foi majorada para 21% para bancos comerciais e de qualquer espécie e permaneceu em vigor de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022, retornando para alíquota anterior em janeiro de 2023.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 4.842, de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que o Banco deve efetuar o registro contábil de ativos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, quando atender cumulativamente as seguintes condições:

i. Expectativa de geração de lucros ou de receitas tributáveis futuros para fins de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos; e

ii. Apresentação histórica de lucros ou de receitas tributáveis para fins de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.

Os créditos tributários são mensurados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço aplicadas sobre o montante das diferenças temporárias.

q) Plano de incentivos com base em ações

O Banco participa de planos de incentivos com base em ações do Citigroup Inc., representado pelos seguintes programas:

- CAP (Capital Accumulation Program), que oferece ações aos funcionários, com base no Acordo de Participação de Afiadas em Planos de Ações (Stock Plans Affiliate Participation Agreement - SPAPA) em que o Banco efetua remessa de câmbio ao Citigroup pelo preço de mercado da ação na data de transferência dos recursos.
- O CAP é um programa com liquidação em instrumento financeiro, com contabilização das respectivas obrigações de efetuar pagamentos ao Citigroup Inc. É reconhecido o valor justo dos prêmios na data de concessão como uma despesa de remuneração durante o período de aquisição, com um crédito correspondente na provisão. Todos os valores pagos ao Citigroup Inc. e as respectivas obrigações segundo o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição.

r) Benefícios pós-emprego

O Banco participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelos funcionários durante o ano. O Banco também participa de plano de benefício de aposentadoria e plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido onde não há participação do funcionário em seu custo. Para seus planos de benefício definido, a obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço passado.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada semestralmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação previdenciária. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Os custos do serviço corrente e passado, as despesas de juros e o retorno esperado sobre os ativos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Será reconhecido um excedente no balanço quando houver um benefício econômico disponível ao Banco como redução nas contribuições futuras ou como reembolso de verbas para a empresa (regra do teto do ativo - asset ceiling).

O Banco Central publicou em 23 de dezembro de 2020 a Resolução nº 4.877, do Conselho Monetário Nacional - CMN, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Os benefícios pós-emprego relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e mesmo sendo superavaliados, a aplicação da regra gerou um impacto na linha de outros resultados abrangentes, lucros acumulados e resultado decorrente da contabilização do custo do benefício definido considerando premissas atuariais. Não houve impacto em ativos e passivos, dada a observância da regra do asset ceiling.

s) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, inclusive Participação nos Lucros e Resultados, para os empregados ativos são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

t) Uso de estimativas

A elaboração das Demonstrações Financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas na determinação de valores de ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações, tais como: provisão para perdas associadas ao risco de crédito, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, valorização a mercado de determinados títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua.

A constituição de provisão para operações de crédito considera a expectativa de não recebimento futuro correlacionada às expectativas macroeconômicas.

1) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. De acordo com os critérios internos de avaliação, define-se como resultado não corrente do período, o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros. O resultado recorrente por sua vez corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos períodos futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão apresentados na nota explicativa 34.d.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Disponibilidades em moeda nacional	1.431	3.692
Disponibilidades em moedas estrangeiras	10.633.303	4.035.734
Aplicações em operações compromissadas - posição bancada	10.340.070	16.505.013
Aplicações voluntárias no Banco Central	23.196.999	840.000
Total	44.171.803	21.384.439

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2024			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
Aplicações em operações	29.453.198	19.264.194	16.432.698	29.453.198
Posição bancada	19.264.194	16.432.698	1.074.686	19.264.194
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	16.432.698	1.074.686	1.074.686	17.582.070
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.074.686	-	-	1.074.686
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.758.810	-	-	1.758.810
Posição financiada	10.189.004	1.183.004	6.301.656	10.189.004
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.783.904	-	-	1.783.904
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.301.656	-	-	6.301.656
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.103.444	-	-	2.103.444
Posição vendida	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	62.618	3.095.279	14.146	3.172.043
Certificados de depósitos interfinanceiros	62.618	3.095.279	14.146	3.172.043
Aplicações Voluntárias	23.196.999	-	-	23.196.999
Aplicações voluntárias no Banco Central	23.196.999	-	-	23.196.999
Total	52.712.815	3.095.279	14.146	55.822.240

	2023			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
Aplicações em operações	28.931.406	2.501.623	1.200.775	31.433.029
Posição bancada	19.720.439	2.501.623	7.512.810	22.222.062
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.512.810	1.200.775	1.200.775	8.713.585
Letras do Tesouro Nacional - LTN	5.744.002	1.300.848	-	7.044.850
Notas do Tesouro Nacional - NTN	6.463.627	-	-	6.463.627
Posição financiada	7.539.465	967.024	6.572.441	14.078.930
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	967.024	-	-	967.024
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.572.441	-	-	6.572.441
Posição vendida	1.671.502	-	-	1.671.502
Letras do Tesouro Nacional - LTN	653.511	-	-	653.511
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.017.991	-	-	1.017.991
Aplicações em depósitos interfinanceiros	13.228	2.963.385	81.479	3.058.092
Certificados de depósitos interfinanceiros	13.228	2.963.385	81.479	3.058.092
Aplicações Voluntárias	840.000	-	-	840.000
Aplicações voluntárias no Banco Central	840.000	-	-	840.000
Total	29.784.634	5.465.008	81.479	35.331.121

6 Títulos e valores mobiliários

a) Títulos para negociação

Os títulos classificados nesta categoria são considerados como circulante, independente do seu prazo de vencimento. O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

	2024		2023	
	Custo Atualizado	Valor de mercado	Custo Atualizado	Valor de mercado
Títulos para Negociação	14.191.704	13.997.970	11.112.912	11.188.462
Carteira própria	14.191.704	13.997.970	11.112.912	11.188.462
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.824.108	2.641.230	3.077.032	3.085.583
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.046.496	1.046.425	49.700	49.892
Notas do Tesouro Nacional - NTN	6.624.636	6.613.851	3.257.117	3.304.526
Ações de companhias abertas	1.586.722	1.586.722	935.114	935.114
Ações recebidas por empréstimos	2.035.681	2.035.681	2.057.404	2.057.404
Títulos soberanos no exterior	-	-	1.297.959	1.299.234
Debêntures	-	-	369.359	387.700
Cotas de fundos de investimentos	74.061	74.061	69.229	69.229
Vinculado à prestação de garantias	-	-	422.709	448.721
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	422.709	448.721
Total	14.191.704	13.997.970	11.535.621	11.637.203

Títulos para Negociação

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Carteira própria	3.696.464	897.441	3.742.366	4.284.366	523.302	854.031
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	82.398	478.542	1.141.112	259.703	679.475
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	711.925	121.956	-	212.544	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	103.118	3.141.868	3.143.254	51.055	174.556
Ações de companhias abertas	1.586.722	-	-	-	-	-
Ações recebidas por empréstimos	2.035.681	-	-	-	-	-
Cotas de fundos de investimentos	74.061	-	-	-	-	-
Total	3.696.464	897.441	3.742.366	4.284.366	523.302	854.031

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Títulos para Negociação	2.992.518	1.583.083	1.624.683	1.217.083	1.308.579	2.462.536
Carteira própria	2.992.518	1.583.083	1.624.683	1.217.083	1.308.579	2.462.536
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	35.260	-	-	-	14.432
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	4.157	233.392	2.060.404
Ações de companhias abertas	935.114	-	-	-	-	-
Ações recebidas por empréstimos	2.057.404	-	-	-	-	-
Títulos soberanos no exterior	-	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-	387.700
Cotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-	-
Vinculado à prestação de garantias	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	-
Total	2.992.518	1.583.083	1.624.683	1.665.804	1.308.579	2.462.536

b) Títulos disponíveis para venda

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda estavam assim apresentados:

	2024		2023	
	Custo Atualizado	Valor de mercado	Custo Atualizado	Valor de mercado
Títulos Disponíveis para Venda	14.697.488	14.633.567	13.945.518	14.008.471
Carteira própria	14.697.488	14.633.567	13.945.518	



Banco Citibank S.A.

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

www.citi.com.br

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

c) O quadro a seguir resume o valor referencial por prazo de vencimento, para os instrumentos financeiros derivativos

	2024			
	Vencimento			Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	
Negociação				
Derivativos de taxa de juros				
Contratos futuros				
Compromisso de compra	42.780.668	18.863.562	32.757.070	94.401.300
Compromisso de venda	18.419.854	603.114	10.544.352	29.567.320
Contratos a termo				
Compra	5.744	-	-	5.744
Venda	135.476	-	-	135.476
Opções				
Compra	173.182	1.230.694	2.018.720	3.422.596
Venda	53.606	845.810	1.363.500	2.262.916
Contratos de NDF	-	762.960	1.089.944	1.852.904
Contratos de swaps	1.205.021	1.872.639	4.731.464	7.809.124
Derivativos de commodities				
Opções				
Compra	927.378	1.676.285	2.701.802	5.305.465
Venda	695.130	1.367.034	2.638.867	4.701.031
Contratos de NDF	6.292.296	10.059.916	4.066.537	20.418.739
Contratos de swaps	3.769.056	5.673.959	193.681	9.636.696
Derivativos cambiais				
Opções				
Compra	3.999.731	2.420.897	1.870.485	8.291.113
Venda	978.072	2.619.748	2.565.777	6.163.597
Contratos de NDF	21.495.263	16.767.677	8.226.765	46.489.705
Contratos de swaps	161.322.175	18.145.715	79.200.062	258.667.952
Derivativos de ação e índices de ações				
Opções				
Compra	1.558	89.837	780	92.175
Venda	120	89.838	780	90.738
Total	262.244.320	83.089.685	153.970.586	499.304.591

	2023			
	Vencimento			Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	
Negociação				
Derivativos de taxa de juros				
Contratos futuros				
Compromisso de compra	28.788.946	9.840.304	18.742.639	57.371.889
Compromisso de venda	7.994.360	2.829.847	6.483.158	17.307.365
Contratos a termo				
Compra	214.784	-	-	214.784
Venda	1.602.262	-	-	1.602.262
Opções				
Compra	293.362	627.808	7.567.942	8.489.112
Venda	272.172	328.925	5.833.067	6.434.164
Contratos de NDF	-	326.983	4.196.075	4.523.058
Contratos de swaps	6.441.207	3.148.889	3.519.552	13.109.648
Derivativos de commodities				
Opções				
Compra	1.581.354	1.909.877	4.344.389	7.835.620
Venda	760.508	1.388.394	4.046.639	6.195.541
Contratos de NDF	6.409.763	7.921.360	3.540.809	17.871.931
Contratos de swaps	3.462.550	4.685.298	117.903	8.265.751
Derivativos cambiais				
Opções				
Compra	3.020.574	3.248.973	1.131.329	7.400.876
Venda	43.690.605	2.750.554	996.823	47.437.982
Contratos de NDF	24.041.910	14.234.615	5.578.642	43.855.167
Contratos de swaps	22.515.266	13.242.577	91.919.781	127.677.624
Derivativos de ação e índices de ações				
Opções				
Compra	108.220	607.976	89.837	806.033
Venda	-	412.000	89.837	501.837
Total	151.197.843	67.504.380	158.198.422	376.900.645

d) O quadro a seguir resume o valor referencial e as respectivas exposições líquidas no balanço patrimonial para os instrumentos financeiros derivativos por contraparte

	2024			
	Exposição no balanço patrimonial		Passivo	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contratos futuros				
Pessoas jurídicas	123.968.621	-	-	-
Contratos a termo	141.220	133.930	133.930	(133.145)
Instituições financeiras - não ligadas	-	-	-	-
Pessoas jurídicas	141.220	133.930	133.930	(133.145)
Opções	30.329.631	658.117	1.109.978	(1.496.110)
Instituições financeiras - ligadas	225.899	30.194	32.307	-
Instituições financeiras - não ligadas	29.873	-	-	(6.233)
Outras entidades ligadas - exterior	9.339.881	36.466	63.649	(154.855)
Pessoas jurídicas	20.733.978	591.457	1.014.022	(537.286)
Contratos de NDF	68.751.348	1.953.795	4.135.235	(2.734.267)

b) Composição da carteira de crédito por nível de risco e setor econômico

Nível de Risco	2024						Provisão Regulamentar	Provisão Adicional	Provisão Total
	Comércio	Indústria	Intermediários financeiros	Pessoas físicas ⁽¹⁾	Rural	Outros Serviços			
AA	261.508	2.829.154	9.807	3.067	-	803.545	3.907.081	(2.221)	(2.221)
A	4.732.066	19.671.863	263.865	3.208	44.443	1.732.278	26.447.723	(132.239)	(11.032)
B	858.432	2.548.508	737	-	-	277.794	3.685.471	(36.855)	(18.190)
C	283.762	694.622	10	-	-	43.250	1.021.644	(30.649)	(6.243)
D	500.577	103.741	-	-	615	9.229	614.162	(61.416)	(61.416)
E	2.051	97.798	71	-	-	213	100.133	(30.040)	(30.040)
F	589	1.081	-	-	-	278.466	280.135	(140.068)	(140.068)
G	276.688	2.437	17	-	-	36	3.546	(195.400)	(2.552)
H	3.376	125.251	-	-	-	6.032	18.713	(128.627)	(18.713)
Total	6.919.049	26.074.455	274.507	6.275	45.058	3.144.775	36.464.118	(755.294)	(37.686)

(1) Refere-se, principalmente, à carteira de recebíveis cujo risco está associado exclusivamente à empresa cedente.

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco

Nível de Risco	Saldo da carteira				Saldo da provisão				
	Vencidos		Total da Carteira	% Nível de Provisão	Curso Vencidos		Provisão Regulamentar	Provisão Adicional	Provisão Total
	Curso Normal	> 14 dias			Normal	> 14 dias			
AA	3.907.081	-	3.907.081	10,71	-	-	(2.221)	(2.221)	
A	26.380.672	67.051	26.447.723	72,53	0,50	(132.239)	(11.032)	(143.271)	
B	3.685.376	95	3.685.471	10,11	1,00	(36.855)	(18.190)	(55.045)	
C	1.021.265	384	1.021.649	2,80	3,00	(30.649)	(6.243)	(36.892)	
D	603.415	10.747	614.162	1,68	10,00	(60.342)	(61.417)	(121.759)	
E	99.492	641	100.133	0,27	30,00	(29.847)	(192)	(30.039)	
F	40.257	239.878	280.135	0,77	50,00	(139.919)	(149)	(140.068)	
G	254.978	24.164	279.142	0,77	70,00	(178.485)	(16.915)	(195.400)	
H	9.478	119.149	128.627	0,35	100,00	(9.478)	(119.149)	(128.627)	
Total	36.002.009	462.109	36.464.118	100,00	(617.801)	(137.493)	(755.294)	(37.686)	

Nível de Risco	Saldo da carteira				Saldo da provisão				
	Vencidos		Total da Carteira	% Nível de Provisão	Curso Vencidos		Provisão Regulamentar	Provisão Adicional	Provisão Total
	Curso Normal	> 14 dias			Normal	> 14 dias			
AA	14.822.017	-	14.822.017	44,50	-	-	(8.705)	(8.705)	
A	13.170.023	4.377	13.174.400	39,55	0,50	(65.872)	(10.002)	(75.874)	
B	4.457.846	1.201	4.459.047	13,39	1,00	(44.576)	(16.096)	(60.686)	
C	434.569	144	434.713	1,31	3,00	(13.073)	(4)	(13.041)	
D	305.041	1.004	306.045	0,92	10,00	(30.504)	(100)	(30.604)	
E	81.993	161	82.154	0,25	30,00	(24.598)	(48)	(24.646)	
F	6.361	576	6.937	0,02	50,00	(3.180)	(288)	(3.468)	
G	3.493	153	3.646	0,01	70,00	(2.445)	(107)	(2.552)	
H	10.190	8.523	18.713	0,06	100,00	(10.190)	(8.523)	(18.713)	
Total	33.291.533	16.139	33.307.672	100,00	(194.404)	(9.082)	(203.486)	(34.803)	

d) Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

	2024	2023
Vencidas há mais de 14 dias	461.812	16.139
A vencer até 90 dias	13.643.033	16.043.656
De 91 a 360 dias	9.579.699	9.494.181
Acima de 360 dias	12.779.574	7.753.696
Total	36.464.118	33.307.672

e) Composição da carteira de crédito por concentração

	2024		2023	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
10 maiores devedores	10.520.920	28,85	9.473.945	28,44
20 seguintes maiores devedores	8.656.933	23,74	8.731.926	26,22
50 seguintes maiores devedores	9.424.626	25,85	7.832.205	23,51
100 seguintes maiores devedores	5.717.843	15,68	4.996.801	15,00
Demais clientes	2.143.796	5,88	2.272.795	6,82
Total	36.464.118	100,00	33.307.672	100,00

f) Movimentações à conta de provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	Exercícios	
	2024	2023
Crédito com características de concessão de crédito		
Saldo Inicial	(238.289)	(157.907)
Constituições líquidas de reversões	(568.043)	(92.709)
Créditos baixados como prejuízo	13.352	12.327
Saldo final	(792.980)	(238.289)

g) Composição do resultado de operações de crédito

	2º Semestre		Exercícios	
	2024	2024	2023	2023
Empréstimos	108.663	249.412	445.655	-
Financiamentos	1.769	3.665	74.382	-
Títulos descontados	-	248	248	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	6.066	7.912	9.832	-
Rendas de financiamentos à exportação ⁽¹⁾	1.220.230	3.522.038	814.812	-
Rendas de financiamentos rurais	23.580	44.245	56.487	-
Rendas de adiantamentos a depositantes	2.204	9.023	7.521	-
Financiamentos de títulos e valores mobiliários	52.714	61.751	-	-
Outras operações com características de concessão de crédito	592.309	1.181.270	1.204.011	-
Total	2.007.783	5.079.564	2.612.699	-

	2024			
	Exposição no balanço patrimonial		Passivo	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contratos futuros				
Pessoas jurídicas	74.679.254	-	-	-
Contratos a termo	1.817.046	1.801.662	1.801.662	(1.801.083)
Pessoas jurídicas	1.817.046	1.801.662	1.801.662	(1.801.083)
Opções	85.101.165	1.433.450	1.207.955	(1.325.976)
Instituições financeiras - oficiais	1.093.950	-	-	(9.500)
Instituições financeiras - ligadas	3.707.394	204.465	204.46	

Banco Citibank S.A.

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

Posição do investimento	2024		2023	
	Distribuidora	Valor residual	Distribuidora	Valor residual
Quantidade de ações (milhões)	4.023	100	4.023	100
Participação no capital	%	%	%	%
Valor patrimonial do investimento	159.638	98.644	159.638	98.644
Resultado de equivalência patrimonial no período	91.053	247.250	91.053	247.250
Resultado de equivalência patrimonial no segundo semestre	(10.362)	118.197	(10.362)	118.197
Outros ajustes no resultado abrangente	15	36	15	36
b) Outros investimentos				
Quotas da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP		76.139		76.139
STI/Galgo - Sistemas de Informações Padronizadas do Mercado de Capitais		7.853		7.853
(Provisões para perdas) - STI/Galgo		(5.980)		(5.980)
Outros		140		89
Total		78.132		78.081

16 Imobilizado de uso

Móveis e equipamentos de uso	2024		2023	
	Custo	Depreciação acumulada residual	Custo	Depreciação acumulada residual
Imobilizações em curso	3.009	1.544	3.009	1.544
Edificações	26.894	(3.939)	22.955	26.894
Instalações	231.835	(83.360)	148.475	226.017
Sistemas de transporte	1.397	(574)	823	0.030
Total	489.954	(234.715)	255.239	469.141

17 Intangível

Desenvolvimento de software	2024		2023	
	Custo	Depreciação acumulada residual	Custo	Depreciação acumulada residual
Total	527.666	(289.968)	237.698	468.926

18 Depósitos

Depósitos à vista	2024		2023	
	Sem vencimento	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Depósitos à vista	8.111.156	-	-	8.111.156
Depósitos interfinanceiros	-	12.971.809	142.206	13.114.015
Depósitos a prazo	-	47.255.677	10.472.727	551.053
Total	8.111.156	75.517.830	9.849.804	283.282

19 Captações no mercado aberto

a) Captações no mercado aberto

Carteira própria	2024		2023	
	Até 1 ano	Valor residual	Até 1 ano	Valor residual
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.946.121	9.946.121	9.946.121	9.946.121
Debêntures ⁽¹⁾	3.335.841	3.335.841	3.335.841	3.335.841
Carteira de terceiros	6.610.280	6.610.280	6.610.280	6.610.280
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.301.657	6.301.657	6.301.657	6.301.657
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.783.904	1.783.904	1.783.904	1.783.904
Carteira de livre movimentação	2.103.444	2.103.444	2.103.444	2.103.444
Total	20.135.126	20.135.126	20.135.126	20.135.126

⁽¹⁾ Refere-se principalmente a compra com compromisso de revenda.
b) Os valores líquidos dos ganhos e perdas com captações no mercado aberto registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

Contratos	2º Semestre 2024		Exercícios 2023	
	2024	2024	2023	2023
Depósitos a prazo	(3.084.978)	(5.884.377)	(5.755.995)	(5.755.995)
Captações no mercado aberto	(977.918)	(1.949.158)	(1.662.544)	(1.662.544)
Depósitos interfinanceiros	(651.261)	(1.158.920)	(959.847)	(959.847)
Letras financeiras	(322.389)	(704.043)	(674.307)	(674.307)
LCA	-	-	(14)	(14)
FGC	(46.460)	(89.053)	(77.660)	(77.660)
Certificados de operações estruturadas	(13.028)	(23.622)	(23.796)	(23.796)
Total	(5.096.034)	(9.809.173)	(9.154.163)	(9.154.163)

20 Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por captações e repasses referem-se a recursos para aplicação ou repasse no mercado local. Essas obrigações estão sujeitas a variação cambial de dólar americano, quando aplicável, e à taxa de juros que variam de 3,88% a 9,20% ao ano (2023 - de 1,22% a 15,80% ao ano).

a) Obrigações por empréstimos

No exterior	Até 3 meses		De 3 a 12 meses		Acima de 1 ano		31/12/2024	
	3 Meses	12 Meses	1 ano	Total	1 ano	Total	1 ano	Total
No exterior	7.814.439	5.115.888	2.138.744	15.069.071	-	-	-	-
Total	7.814.439	5.115.888	2.138.744	15.069.071	2023	2023	2023	2023

b) Obrigações por repasses

No país	Até 3 meses		De 3 a 12 meses		Acima de 1 ano		31/12/2024	
	3 meses	12 Meses	1 ano	Total	1 ano	Total	1 ano	Total
No país	1.025	10.824	-	11.849	-	-	-	-
Outras instituições	1.025	10.824	-	11.849	-	-	-	-
No exterior	723.676	1.919.110	13.876.498	16.519.284	13.876.498	16.519.284	13.876.498	16.519.284
Vinculados a repasses	-	172.394	-	172.394	-	-	-	-
Vinculados a títulos federais	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	724.181	1.948.202	13.876.498	16.548.888	13.876.498	16.548.888	13.876.498	16.548.888

No país	Até 3 meses		De 3 a 12 meses		Acima de 1 ano		31/12/2024	
	3 meses	12 Meses	1 ano	Total	1 ano	Total	1 ano	Total
No país	1.025	10.824	-	11.849	-	-	-	-
Outras instituições	1.025	10.824	-	11.849	-	-	-	-
No exterior	1.407.010	3.176.005	7.995.153	12.578.168	7.995.153	12.578.168	7.995.153	12.578.168
Vinculados a repasses	-	-	-	-	-	-	-	-
Vinculados a títulos federais	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.408.035	3.186.829	7.995.153	12.596.017	7.995.153	12.596.017	7.995.153	12.596.017

c) Os valores líquidos dos ganhos e perdas com obrigações por empréstimos e repasses registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

Contratos	2º Semestre 2024		Exercícios 2023	
	2024	2024	2023	2023
Empréstimo no exterior	(997.621)	(1.987.143)	(784.779)	(784.779)
Repasses no país	(216.732)	(715.365)	(179.059)	(179.059)
Repasses no exterior ⁽¹⁾	(1.187.537)	(3.482.968)	(598.563)	(598.563)
Total	(2.401.890)	(6.185.496)	(1.562.401)	(1.562.401)

⁽¹⁾ Refere-se principalmente aos efeitos de variação cambial apurada na posição dos instrumentos.

21 Outros passivos - Sociais e estatutárias

Sociais e estatutárias refere-se, basicamente, a provisões para participação nos lucros no montante de R\$ 268.116 (2023 - R\$ 248.940), realizáveis no curto prazo.

22 Passivos fiscais

Passivos fiscais correntes	2024		2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro do período	335.334	-	980.388	-
Provisão para impostos e contribuições a recolher	223.557	-	216.158	-
Total	558.891	-	1.196.546	-
Passivos fiscais diferidos	60.106	27.005	265.678	113.862
Provisão para impostos e contribuições diferidos ⁽¹⁾	60.106	27.005	265.678	113.862
Total	618.997	27.005	1.462.224	113.862

⁽¹⁾ Provisão para impostos e contribuições diferidos referem-se a passivos fiscais de imposto de renda e contribuição social decorrentes do ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos. Os passivos tributários registrados são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

23 Provisões

Provisão para contingências (nota 24.a)	2024		2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para contingências (nota 24.a)	701.977	503.674	118.835	572.789
Provisão para pagamentos a efetuar ⁽¹⁾	1.083.452	452.836	697.110	414.161
Provisão para garantias financeiras prestadas (nota 34.a)	68.413	66.579	32.510	126.362
Total	1.853.842	1.023.089	848.455	1.113.582

⁽¹⁾ Refere-se, principalmente, à provisão com despesas de pessoal de R\$ 495.176 (2023 - R\$ 322.892), passivo atuarial de plano de assistência médica de R\$ 220.392 (2023 - R\$ 296.292), contas a pagar de cartões corporativos de R\$ 169.028 (2023 - R\$ 148.625) e serviços prestados de ligadas de R\$ 131.284 (2023 - R\$ 87.417).

24 Passivos contingentes e obrigações legais

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a) Saldos patrimoniais das provisões para contingências	2024		2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para contingências - Fiscais	691.209	7.638	95.011	148.846
Provisão para contingências - Trabalhistas	9.834	386.272	15.808	370.163
Provisão para contingências - Cíveis	934	109.764	8.016	53.780
Total	701.977	503.674	118.835	572.789

Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009, O Banco tem constituído provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis, composta basicamente pelos seguintes casos:

Fiscal - INSS Adicional de 2,5% - R\$ 97.965 (2023 - R\$ 95.011): discussão sobre a legalidade e constitucionalidade da alíquota adicional de 2,5% aplicada a instituições financeiras. Houve desistência do processo no âmbito do parcelamento previsto na Lei nº 11.941/2009, e o processo aguarda a conversão do depósito judicial em renda para seu encerramento.

Fiscal - Seguro contra Acidente de Trabalho "SAT" - Adicional - R\$ 139.979 (2023 - R\$ 137.171): ação declaratória movida pela Febraban, em nome de seus associados, questiona a legalidade e constitucionalidade da majoração de alíquota do SAT de 1% para 3%, promovidas pelo Decreto nº 6.042/2007. Foram apresentados recurso especial e extraordinário, atualmente aguardando julgamento de admissibilidade pelo TRF.

Fiscal - CPIM em Operações de Clientes - R\$ 441.067 (2023 - R\$ -): auto de infração lavrado contra o Banco Citibank S.A. para cobrança de crédito tributário relativo à CPIM sobre operações efetuadas entre 1999 e 2002 com a Citibank DTMV, na administração de recursos de clientes. Em abril de 2024, o STJ proferiu decisão inadmitindo o recurso especial apresentado pelo Banco, tendo sido apresentados embargos de declaração. Com base nesse evento, foi realizada a constituição de uma nova provisão no valor integral em discussão.

Cível - Planos Econômicos - R\$ 26.174 (2023 - R\$ 23.280): trata-se de 3 ações de cobrança, em que os autores requerem expurgos inflacionários em razão do Plano Econômico Verão. Pendentes de julgamento de Recursos Especiais e Extraordinários.

Cível - Ação da Cobrança - R\$ 63.401 (2023 - R\$ 19.414): trata-se de ação de cobrança cujo objeto é um contrato de compra e venda. O autor alega que houve violação do contrato pelo comprador. Como o Crefesul (Citi) era garantidor do contrato, o autor requer o pagamento do valor inadimplido. STJ proveu o agravo interno interposto pelo corréu para anular o julgamento dos embargos de declaração feito pelo TRF e determinar o seu rejuízo. Autos remetidos ao TRF2 para o julgamento dos embargos de declaração.

Trabalhista - as ações trabalhistas com pedidos entre R\$ 800 e R\$ 10.000 são consideradas relevantes e provisionadas por meio de um índice percentual aplicado sobre o valor do pedido. O referido índice é calculado de acordo com a média de perda histórica dos processos encerrados nos últimos 18 meses (calculados anualmente), levando em consideração o ganho de causas, bem como o volume e valores pagos em causas que tiveram acordos antes da sentença ou condenações e acordos pós sentença, adicionado do valor de risco existente das causas em aberto. As ações cíveis com pedidos superiores a R\$ 300 são consideradas relevantes e as trabalhistas com valores superiores a R\$ 10.000 são consideradas significativas. Tais ações são provisionadas de acordo com uma avaliação individual de risco, cujo prognóstico de perda seja provável. Esta é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobre maneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

Contingências classificadas como risco de perda possível
 Não são reconhecidas contabilmente pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por processos fiscais no montante de R\$ 1.803.277 (2023 - R\$ 2.377.597), os quais são apurados através da mensuração dos pedidos estimáveis contidos em 105 contingências fiscais, cíveis no montante de R\$ 30.564.552 (2023 - R\$ 26.591.003), dos quais 124 processos são tidos como estimáveis, restando ainda 34 processos cíveis tidos como inestimáveis por conta do tipo de ação ou pela necessidade de apuração/liquidação dos pedidos postulados por seus autores. As contingências classificadas com risco de perda possível são compostas basicamente pelos seguintes casos:

Fiscal - PIS/COFINS Despesas de Captação - R\$ 122.519 (2023 - R\$ 115.058): processo em que se discute a dedutibilidade de despesas de captação nas apurações de PIS e COFINS. Pendente julgamento de segunda instância.

Fiscal - Contribuições Previdenciárias sobre Participação nos Lucros, Terço Constitucional de Férias e IRPJ sobre pagamentos a diretores estatutários - R\$ 949.783 (2023 - R\$ 1.111.046): autuações com exigência de contribuições previdenciárias sobre verbas pagas a título de participação nos lucros, outras verbas sem natureza remuneratória, como vale-alimentação e vale-transporte, e terço constitucional de férias. Também discute-se a dedutibilidade de valores pagos a diretores estatutários. Processos em diversos estágios de discussão nas esferas administrativa e judicial.

Fiscal - Dedução Juros sobre capital próprio - R\$ 493.151 (2023 - R\$ 462.195): Contingência de IRPJ e CSLL sobre a dedução tributária de juros sobre o capital próprio. Processos em diversos estágios de discussão nas esferas administrativa e judicial.

Ação Civil Pública (SP) - R\$ 30.531.775 (2023 - R\$ 26.571.170): trata-se de ação coletiva por meio da qual a requerente alega a ocorrência de supostos atos de manipulação por diversas instituições bancárias no mercado de câmbio, o que teria causado prejuízos aos seus associados, incluindo, assim, indenização monetária solidária perante diversas casas bancárias - R\$ 3.300.000 em relação ao Citibank S.A. Sentença de improcedência total dos pedidos. Aguarda-se julgamento de recurso. Autos suspensos para viabilizar a intimação de todos os apelados para contrarrazões e a citação dos demais.

b) Movimentação das contingências

Fiscais	Saldo em 31 de dezembro de 2023		Constituição		Reversão		Utilização		Atualização		Saldo em 31 de dezembro de 2024	
	2023	2023	2024	2024	2024	2024	2024	2024	2024	2024	2024	2024
Trabalhistas	385.971	40.075	(19.084)	(42.872)	-	-	5.493	698.438	31.971	396.106	-	-
Cíveis	61.796	45.017	(1.300)	(575)	5.760	110.698	-	-	-	-	-	-
Total	691.624	534.180	(20.384)	(43.402)	43.224	1.205.242	-	-	-	-	-	-

Fiscais	Saldo em 31 de dezembro de 2022		Constituição		Reversão		Utilização		Atualização		Saldo em 31 de dezembro de 2023	
	2022	2022	20									



www.citi.com.br

Banco Citibank S.A.

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

← continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 e Semestre Finto em 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

	2023		
	Contro-ladas ⁽¹⁾	Outras partes relacionadas No país ⁽²⁾	No exterior ⁽³⁾
Ativo			
Caixa e equivalente de caixa em moeda estrangeira	–	–	4.035.734
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.690.931	–	1.373.258
Outros ativos financeiros	–	208.702	17.185.120
Outros ativos	3	2.973	210.208
Participações em coligadas e controladas no país	98.464	–	–
Total Ativo	3.789.398	211.675	22.804.140
Passivo			
Depósitos	(11.648)	(7.908.915)	(687)
Captações no mercado aberto	(9.683.347)	(5.406.182)	(5.603)
Relações interfinanceiras	–	(2.468.469)	–
Obrigações por empréstimos e repasses	–	–	(21.111.988)
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	(976.571)
Outros passivos financeiros	–	(11.415)	(17.458.431)
Outros passivos	(7)	(30.632)	(240.540)
Total Passivo	(9.695.002)	(15.925.613)	(39.793.820)
Reculta (despesa)			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	–	–	1.107.683
Resultado de operações de captação no mercado	(241.248)	(472.509)	(41.652)
Resultado de obrigações por empréstimos e repasses	–	–	(87.595)
Resultado de operações de câmbio	–	–	(2.103)
Recultas de serviços prestados	–	638	240.282
Resultado em participações em coligadas e controladas	125.584	–	–
Outras receitas operacionais	–	1	–
Outras despesas administrativas	–	(125.289)	(32.753)
Outras despesas operacionais	(2)	(4.141)	(29.850)
Resultado não operacional	8	177	–
Reculta (despesa)	(115.658)	(601.123)	1.154.012

⁽¹⁾ Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.; Fundo de Investimento Referenciado D) Londres.

⁽²⁾ Citi Pagamentos e Tecnologia Ltda.; Citigroup Global Markets Brasil; Corretora De Câmbio Títulos e Valores Mobiliários S.A.; Citibank N.A. (Filial Brasileira); Citi Participações e Investimentos Ltda.

⁽³⁾ Adela Investment Company S.A.; Citibank del Peru S.A.; Citibank N.A. Bahrain; Citibank N.A. Ecuador; Citibank N.A. Kenya; Cititrust (Switzerland) Limited; Citibank International Limited; Citibank N.A. Uruguay; Citibank N.A. Jersey; Citibank International Limited Austria; Citibank International Limited Belgium; Citibank International Limited Denmark; Citibank International Limited Finland; Citibank International Limited France; Citibank International Limited Luxembourg; Citibank International Limited Netherlands; Citibank International Limited Norway; Citibank International Limited Portugal; Citibank N.A. United Arab Emirates; Citibank International Limited Spain; Citibank International Limited Sweden; Citicorp Banking Corporation Jersey; Citibank N.A. Italy; Citibank Anonim Sirketi; Citibank N.A. Dominican Republic; Citibank N.A. Argentina; Citibank N.A. Panama; Citibank N.A. United Kingdom; Citibank N.A. New Zealand; Citibank N.A. Puerto Rico; Citibank (Trinidad & Tobago) Limited; Citi Private Alternatives LLC; Citibank (China) Co. Ltd.; Citibank N.A.; Citibank N.A. Singapore; Citicorp Investment Bank (Singapore) Limited; Citibank N.A. India; Citigroup Technology Inc.; Citibank N.A. - Japan; Banco Nacional de Mexico S.A. integrante del Grupo Financiero Banamex; Citigroup Global Markets Europe AG; Cititrust Private Trust (Cayman) Limited; Citibank Europe plc - Germany; Citigroup Pty Limited; Citibank N.A. Australia; Citibank N.A. Indonesia; Citibank N.A. Hong Kong; Citicorp International Limited; Citibank Korea Inc.; Citibank (Switzerland) AG; Citibank N.A. Switzerland; Cititrust (Cayman) Limited; Cititrust (Bahamas) Limited; Citicorp Cameroon; Citibank Taiwan Ltd.; Citibank Europe plc; Citi Business Services Costa Rica S.R.L.; Citibank Europe plc Slovak Republic; Latin American Investment Bank Bahamas Limited; Citicorp USA Inc.; Citivaleiros S.A. Comisionista de Bolsas; Citibank N.A. South Africa; Citicorp Trust Delaware National Association; Citibank N.A. Canada; Citigroup Global Markets Hong Kong Limited; Citigroup Financial Products Inc.; Citigroup Global Markets Limited; Citigroup Energy Inc.; Citigroup Global Markets Inc.; Citigroup Global Markets Holdings Inc.

b) Remuneração da Administração

	2º Semestre		Exercícios	
	2024	2024	2024	2023
Benefícios de curto prazo a administradores				
Proventos	50.446	90.101	55.535	–
Gratificações	3.828	7.656	4.533	–
Encargos sociais	17.239	31.630	18.959	–

Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial

	2024	2023
Moeda funcional	R\$	R\$
Critério para apuração dos ativos	Ativo posicionado em 31/12/2024 informado pela Citiprevi	Ativo posicionado em 31/12/2023 informado pela Citiprevi
Taxa de desconto da obrigação atuarial	Inflação + 7,35% a.a. = 11,10% a. a.	Inflação + 5,44% a.a. = 9,15% a. a.
Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano	Inflação + 7,35% a.a. = 11,10% a. a.	Inflação + 5,44% a.a. = 9,15% a. a.
Crescimento salarial médio	Não Aplicável	Não Aplicável
Crescimento benefício previdenciário	Inflação = 3,50%	Inflação = 3,50%
Reajuste do benefício do plano	Inflação = 3,50%	Inflação = 3,50%
Taxa anual de inflação a longo prazo	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Capacidade salarial e de benefício ⁽¹⁾	98 %	98%
Percentual de aumento do custo médico por faixa etária	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral ⁽²⁾	AT-2000 segregada por sexo, desagravada em 20%	AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability desagravada em 50,00%	Mercer Disability desagravada em 50,00%
Rotatividade	Até 20 SM: 0,20/(TS)*0,26 Acima de 20 SM: 0,22/(TS)*0,32 SM: Salário Mínimo TS: Tempo de Serviço	Até 20 SM: 0,20/(TS)*0,26 Acima de 20 SM: 0,22/(TS)*0,32 SM: Salário Mínimo TS: Tempo de Serviço
Entrada em aposentadoria	Varia em função da idade, conforme demonstrado a seguir: 55 anos ⁽³⁾ - 40,00% 56-57 anos - 20,00% 58 anos - 15,00% 59 anos - 5,00% 60 anos - 100,00%	Varia em função da idade, conforme demonstrado a seguir: 55 anos ⁽³⁾ - 40,00% 56-57 anos - 20,00% 58 anos - 15,00% 59 anos - 5,00% 60 anos - 100,00%
Composição familiar	90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, e possuem dois filhos como dependentes. Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.	90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, e possuem dois filhos como dependentes. Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

⁽¹⁾ O fator de capacidade tem por objetivo refletir a defasagem dos valores monetários observados na data da avaliação, considerando a periodicidade e os índices utilizados para recuperação das perdas inflacionárias.

⁽²⁾ Alteração trianual prevista por regulamentação da PREVIC.

⁽³⁾ 55 anos ou a primeira idade de aposentadoria antecipada, o que ocorrer primeiro.

v. Plano de assistência à saúde para aposentados

O plano de benefício pós-emprego onde não há participação do funcionário em seu custeio. O benefício foi concedido para funcionários e seus dependentes que em 15 de outubro de 2002 possuíam 20 anos de serviço e 45 anos de idade.

De acordo com a última posição atuarial ocorrida em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor líquido dos ativos e passivos dos planos de benefícios estavam assim representados:

	2024	2023
Valor justo dos ativos do plano	34.594	31.384
Valor presente das obrigações atuariais	(254.986)	(327.676)
Valor total do passivo atuarial	(220.392)	(296.292)

Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial

	2024	2023
Moeda funcional	R\$	R\$
Critério para apuração dos ativos	Ativo posicionado em 31/12/2024 informado pela Citiprevi	Ativo posicionado em 31/12/2023 informado pela Citiprevi
Taxa de desconto da obrigação atuarial	Inflação + 7,35% a.a. = 11,10% a. a.	Inflação + 5,44% a.a. = 9,15% a. a.
Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano	Inflação + 7,35% a.a. = 11,10% a. a.	Inflação + 5,44% a.a. = 9,15% a. a.
Crescimento salarial médio	Não Aplicável	Não Aplicável
Crescimento benefício previdenciário	Inflação = 3,50%	Inflação = 3,50%
Reajuste do benefício do plano	Inflação = 3,50%	Inflação = 3,50%
Taxa anual de inflação a longo prazo	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Taxa de permanência do plano de saúde	100%	100%
Crescimento dos custos médicos	Inflação + 4,75% a.a. = 8,40% a.a. Experiência Mercer crescimento real: De 0 a 24 anos: 1,25% De 25 a 54 anos: 2,75% De 55 a 79 anos: 4,75% Acima de 79 anos: 2,25%	Inflação + 4,75% a.a. = 8,31% a.a. Experiência Mercer crescimento real: De 0 a 24 anos: 1,25% De 25 a 54 anos: 2,75% De 55 a 79 anos: 4,75% Acima de 79 anos: 2,25%
Percentual de aumento do custo médico por faixa etária	Acima de 79 anos: 2,25%	Acima de 79 anos: 2,25%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo, desagravada em 20%	AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability desagravada em 50,00%	Mercer Disability desagravada em 50,00%
Rotatividade	Até 20 SM: 0,20/(TS)*0,26 Acima de 20 SM: 0,22/(TS)*0,32 SM: Salário Mínimo TS: Tempo de Serviço	Até 20 SM: 0,20/(TS)*0,26 Acima de 20 SM: 0,22/(TS)*0,32 SM: Salário Mínimo TS: Tempo de Serviço
Composição familiar	90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, e possuem dois filhos como dependentes. Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.	90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, e possuem dois filhos como dependentes. Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

vi. Taxa para desconto da obrigação atuarial

A taxa de desconto é utilizada para a determinação, na data-base da avaliação atuarial, do valor presente resultante do fluxo de caixa esperado para a cobertura dos benefícios pós-emprego.

vii. Seguro de vida

O Banco oferece um seguro de vida para todos os atuais aposentados que também participam do plano de assistência médica e os empregados que tinham 20 anos de serviço e 45 anos de idade em 15 de outubro de 2002. Para fins dos cálculos atuariais o cálculo do plano de saúde contempla os valores associados com o plano de seguro de vida.

33 Limites Operacionais

O Conglomerado Financeiro Citibank Brasil opera dentro dos parâmetros previstos na Resolução nº 2.099, de 17 de agosto de 1994, do Conselho Monetário Nacional - CMN. Esse índice conforme faculta a referida legislação é apurado para o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil conforme demonstrado abaixo:

	Basileia III	
	2024	2023
Patrimônio líquido ajustado - Nível I	11.418.066	12.040.077
Patrimônio de referência (a)	11.418.066	12.040.077
Alocação de capital (por risco)		
Risco de crédito	4.516.149	4.397.591
Risco de mercado	1.472.012	1.390.106
Risco de operacional	746.769	692.963
Patrimônio de referência exigido (b)	6.734.930	6.480.660
Margem (a-b)	4.683.136	5.559.417
Ativo ponderado pelo risco (c)	84.186.612	81.008.256
Índice de Basileia	13,56 %	14,86 %

34 Outras informações

a) Como parte das atividades normais, o Banco assume compromissos e responsabilidades com avais e fianças prestadas a clientes apresentados a seguir, os principais critérios e informações utilizados para a constituição da provisão para perdas estão descritos na nota 31.

	2024	2023
Beneficiários em garantias prestadas		
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	422.984	377.215
Avál ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	2.170.015	2.027.148
Outras Fianças Bancárias	9.884.109	7.760.792
Total	12.477.108	10.165.155
Créditos abertos para importação	88.028	44.139
Créditos de exportação confirmados	180.520	–
Total	12.745.656	10.209.294

Provisão para garantias financeiras prestadas

Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras (3.115) (981)

Avál ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal (12.507) (3.159)

Outras Fianças Bancárias (118.865) (154.778)

Outras Garantias Financeiras Prestadas (507) (224)

Total (134.994) (159.142)

Total líquido 12.610.662 10.050.152

b) O saldo de relações interfinanceiras refere-se, basicamente, a serviços bancários diversos contratados, executados pela Entidade no valor de R\$ 1.954.142 (2023 - R\$ 2.468.469), conforme nota 31.

c) O resultado não operacional está composto da seguinte forma:

	2º Semestre		Exercícios	
	2024	2024	2023	2023
Reculta não operacional				
Lucros com alienação de valores e bens	–	–	445	67
Perdas de aluguel ⁽¹⁾	–	–	351	398
Outras rendas não operacionais	3.062	3.062	73.829	–
Total	3.413	4.200	74.284	–
Despesa não operacional				
Prejuízo na baixa/alienação de valores e bens	–	–	–	(3)
Total	–	–	–	(3)
Total líquido	3.413	4.200	74.281	–

⁽¹⁾ Inclui a renda de aluguel de Entidades coligadas e não coligadas e a Citigroup Global Market Brasil CCTVM S.A.

d) Resultados recorrentes e não recorrentes

Apresentação do resultado recorrente e não recorrente do Banco, líquidos dos efeitos fiscais, de acordo com as definições internas e seguindo os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020, conforme apresentado abaixo:

	Exercícios	
	2024	2023
Lucro líquido contábil	1.652.484	1.723.641
Eventos Não recorrentes		
Dividendos recebidos de investidas	–	(31.483)
Reavaliação de Investimentos	–	(73.295)
Provisão para ação judicial - CPMF	441.067	–
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre eventos não recorrentes	(198.481)	47.150
Lucro líquido recorrente	1.895.070	1.666.013
Impactos da adoção da Resolução BCB nº 352/23		
O Conselho Monetário Nacional emitiu em 25 de novembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.966, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, dispondo sobre os novos conceitos e critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para: i. classificação, mensuração, reconhecimento e baixa		

Total Benefício pós-emprego

Planos de previdência complementar

2024	2024	2023
73.659	131.533	79.027

Remuneração com base em ações⁽¹⁾

⁽¹⁾ Refere-se à remuneração com pagamento baseado em ações da Sujit, sediada no exterior (Citigroup Inc.).

Rendimentos sujeitos à tributação exclusiva (Líquido)

2024	2024	2023
1.405	1.445	1.142
Encargos	512	391
Total	1.985	1.972

32. Planos de benefícios pós-emprego a funcionários

Características básicas dos planos

i. Plano de aposentadoria

Benefícios do plano: Aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, invalidez, pensão por morte de ativo, pensão por morte de aposentado, benefício em caso de desligamento e portabilidade.

ii. Valor do benefício de aposentadoria normal

Elegibilidade: 60 anos de idade e 10 anos de serviço creditado. Benefício: (40% Salário - Benefício Previdenciário) x Tempo de Serviço na empresa/30.

iii. Plano de contribuição definida

E o plano de benefício pós-emprego, de aposentadoria suplementar, pelo qual os funcionários participantes contribuem com valor entre 1% e 6% do salário e o Banco contribui com 150% calculado sobre a participação de cada funcionário.

O objetivo do plano é estimular uma poupança individual que proporcione um benefício de renda complementar ao plano de aposentadoria. Não há contribuição para participantes inativos. Nos planos de contribuição definida o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. O patrocinador não tem obrigação legal de contribuições adicionais, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. O Banco é patrocinador da Citiprevi - Sociedade de Previdência Privada, que tem por objetivos principais a suplementação da aposentadoria e a prestação de serviços assistenciais aos empregados dos patrocinadores. Durante o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2024 o Banco contribuiu com R\$ 42.596 e R\$ 21.256 (2023 - R\$ 46.059 e R\$ 22.491) para a Citiprevi, registrado na rubrica de "despesa de pessoal".

iv. Plano de contribuição definida

O plano de benefício pós-emprego onde não há participação do funcionário em seu custeio. O plano tem por objetivo proporcionar ao funcionário uma renda mensal de até 40% da média dos últimos salários, deduzindo-se o Benefício Previdenciário (estabelecido no regulamento do Plano). O valor do benefício do Plano de Aposentadoria será calculado na data de desligamento do funcionário.

Neste plano o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação e a despesa do plano, bem como existe a possibilidade de ganhos e perdas atuariais e que devem ser mensuradas ao seu valor presente.

Durante o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2024, o Banco registrou despesa com remuneração do plano no valor de R\$ 1.225 e R\$ 710 (2023 - R\$ 819 e R\$ 484) para a Citiprevi, registrado na rubrica de "despesa de pessoal". De acordo com a última posição atuarial ocorrida em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o valor líquido dos ativos e passivos dos planos de benefícios estavam assim representados:

	2024	2023
Ativos líquidos dos planos	1.714.758	1.944.118
Passivos atuariais	(1.458.210)	(1.736.835)
Superavit	256.548	207.283

As hipóteses financeiras e atuariais utilizadas para as avaliações atuariais são apresentadas na tabela a seguir. As premissas adotadas na data da avaliação atuarial são utilizadas para determinação do valor presente das obrigações atuariais naquela data. As premissas atuariais foram projetadas em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial

	2024	2023
Moeda funcional	R\$	R\$
Critério para apuração dos ativos	Ativo posicionado em 31/12/2024 informado pela Citiprevi	Ativo posicionado em 31/12/2023 informado pela Citiprevi
Taxa de desconto da obrigação atuarial	Inflação + 7,35% a.a. = 11,10% a. a.	Inflação + 5,44% a.a. = 9,15% a. a.
Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano	Inflação + 7,35% a.a. = 11,10% a. a.	Inflação + 5,44% a.a. = 9,15% a. a.
Crescimento salarial médio	Não Aplicável	Não Aplicável
Crescimento benefício previdenciário	Inflação = 3,50%	Inflação = 3,50%
Reajuste do benefício do plano	Inflação = 3,50%	Inflação = 3,50%
Taxa anual de inflação a longo prazo	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Capacidade salarial e de benefício ⁽¹⁾	98 %	98%
Percentual de aumento do custo médico por faixa etária	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral ⁽²⁾	AT-2000 segregada por sexo, desagravada em 20%	AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability desagravada em 50,00%	Mercer Disability desagravada em 50,00%
Rotatividade	Até 20 SM: 0,20/(TS)*0,26 Acima de 20 SM: 0,22/(TS)*0,32 SM: Salário Mínimo TS: Tempo de Serviço	Até 20 SM: 0,20/(TS)*0,26 Acima de 20 SM: 0,22/(TS)*0,32 SM: Salário Mínimo TS: Tempo de Serviço
Entrada em aposentadoria	Varia em função da idade, conforme demonstrado a seguir: 55 anos ⁽³⁾ - 40,00% 56-57 anos - 20,00% 58 anos - 15,00% 59 anos - 5,00% 60 anos - 100,00%	Varia em função da idade, conforme demonstrado a seguir: 55 anos ⁽³⁾ - 40,00% 56-57 anos - 20,00% 58 anos - 15,00% 59 anos - 5,00% 60 anos - 100,00%
Composição familiar	90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, e possuem dois filhos como dependentes. Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.	90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, e possuem dois filhos como dependentes. Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

⁽¹⁾ O fator de capacidade tem por objetivo refletir a defasagem dos valores monetários observados na data da avaliação, considerando a periodicidade e os índices utilizados para recuperação das perdas inflacionárias.

⁽²⁾ Alteração trianual prevista por regulamentação da PREVIC.

⁽³⁾ 55 anos ou a primeira idade de aposentadoria antecipada, o que ocorrer primeiro.



Banco Citibank S.A.

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

www.citi.com.br

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

a atuação do CRO, sendo este responsável pela supervisão da conformidade, verificação, monitoramento e prevenção dos riscos controlados pela segunda linha de defesa; bem como a atuação do Risk Group, o qual tem como objetivo auxiliar o Chief Risk Officer (CRO) no processo de avaliação e decisão de ações de mitigação de riscos e, principalmente, promover maior transparência às partes interessadas ao informar os riscos aos quais as áreas estão expostas, as políticas, normas e medidas adotadas para sua mitigação, bem como sua eficácia e eficiência, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo banco, o Citi Brasil conta, por fim, com o Grupo de Risco.

• **Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (CESG):** é composto pelas três linhas de defesa do Citi Brasil, formando um grupo multidisciplinar, que monitora, avalia e propõe avanços nas matérias de natureza social, ambiental e climática, conforme requerido pela Resolução CMN 4.945. O Comitê é responsável por propor recomendações sobre o estabelecimento e a revisão da PRSAC à Diretoria Estatutária; avaliar o grau de efetividade das ações implementadas e, quando necessário, propor recomendações de aperfeiçoamento.

Para maiores informações sobre a estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos, consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Relatórios - Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital - Pilar 3.

35.1. Gerenciamento de risco de capital

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil e da unidade única responsável pelo gerenciamento do capital das demais empresas do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, estabelece a Política de Gerenciamento de Capital, cujas responsabilidades e procedimentos são baseados nas diretrizes de gerenciamento de capital instituídas pelo Citigroup globalmente.

A estrutura de gerenciamento de capital adotada pelo Conglomerado Prudencial Citibank Brasil baseia-se em três princípios, sendo eles: mensuração, monitoramento e planejamento de capital. O gerenciamento de capital visa maximizar o retorno financeiro aos acionistas, atender aos requerimentos regulatórios de capital, regulamentações vigentes e políticas internas aplicáveis. Ademais, durante o processo de gerenciamento de capital também são consideradas as metas internas de adequação de capital, índices e limites de acionamento de contingência.

35.2. Gerenciamento de risco operacional

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, mantém uma estrutura de Gestão de Risco Operacional e de Governança para sustentar suas atividades e identificar, medir, monitorar, controlar e reportar riscos operacionais em linha com a Resolução CMN 4.557/2017. Para garantir a gestão efetiva de risco operacional por todo o Conglomerado, a Estrutura de Governança apresenta três linhas de defesa:

Primeira Linha de Defesa: é responsável pelos riscos e controles associados inerentes ou decorrentes da execução de suas atividades de negócios e é responsável por identificar, medir, monitorar, controlar e reportar esses riscos de forma consistente com a estratégia, missão e proposta de valor, princípios de liderança e apetite ao risco.

Segunda Linha de Defesa: é independente da primeira linha e responsável por supervisionar e auxiliar nas atividades de tomada de risco da primeira linha, orientar a primeira linha no processo de mitigação dos riscos, e desafiar a primeira linha na execução de suas responsabilidades de gerenciamento de riscos.

Terceira Linha de Defesa: é independente das funções de primeira linha, segunda linha e suporte empresarial. A terceira linha de defesa é composta apenas pela Auditoria Interna.

Funções de Controle e Suporte: As funções de suporte empresarial se envolvem em atividades que apoiam a segurança e a solidez em toda a organização. Elas fornecem serviços de consultoria e projetos, implementam, mantêm e supervisionam programas que apoiam o Citi na manutenção de um ambiente de controle eficaz.

35.3. Gerenciamento de risco de mercado e do IRRBB (Interest Rate Risk in the Banking Book)

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de mercado, alinhado aos requisitos regulatórios do *Fundamental Review of the Trading Book (FRTB)* e *Interest Rate Risk in the Banking Book (IRRBB)*, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, a estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Mercado Global do Citigroup. A estrutura e as estratégias para o gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) segregação das carteiras entre "Negociação" e "Bancária"; v) apuração e marcação a mercado; vi) novas transações, atividades e operações complexas; e vii) do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Análise de Sensibilidade/Demonstrativo Financeiro

A análise de sensibilidade é realizada considerando os principais fatores de risco do Banco, segregados em carteira de Negociação e carteira Bancária.

A Diretoria

A Diretoria vigente está em consonância com a última consolidação de composição da Diretoria, deliberada em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, realizadas em 08 de novembro de 2024.

Rodrigo Barone Costa
Diretor responsável pela Contabilidade

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 em atendimento a Resolução nº 3.198/04, que foi revogada pela Resolução nº 4.910/21 do Conselho Monetário Nacional - CMN, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por até um membro da Diretoria e dois Membros Independentes.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:

- avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria independente;
 - avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e
 - avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.
- O Comitê reuniu-se formalmente por 11 vezes no período de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, onde desenvolveu as seguintes atividades:

- Reuniu-se com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela

Carteira de Negociação	2024		
	Descrição	I	II
Fatores de Risco	Descrição	I	II
Taxas de juros nominais em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixada	48	10.044 (10.044)
Cupom de IPCA	Exposições sujeitas à variação das taxas dos cupons de taxa de juros	(29)	(5.273) 5.273
Cupom de dólar	Exposições sujeitas à variação da taxa do cupom de dólar	(535)	(65.315) 65.315
Taxa de juros de outras moedas	Exposições sujeitas à variação das taxas dos cupons de moedas estrangeiras	303	39.665 (39.665)
Moeda estrangeira	Posição em moeda estrangeira	(1.113)	(12.465) 12.465
Outros		(4.691)	(27.405) 18.852
Total		(6.017)	(60.749) 52.196

Fatores de Risco	2023		
	Descrição	I	II
Taxas de juros nominais em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixada	33	6.880 (6.880)
Cupom de IPCA	Exposições sujeitas à variação das taxas dos cupons de taxa de juros	(40)	(5.969) 5.969
Cupom de dólar	Exposições sujeitas à variação da taxa do cupom de dólar	4	480 (480)
Taxa de juros de outras moedas	Exposições sujeitas à variação das taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(54)	(3.686) 3.686
Moeda estrangeira	Posição em moeda estrangeira	(4.034)	(40.747) 40.747
Outros		(3.657)	(17.918) (15.037)
Total		(434)	(25.124) 28.005

Fatores de Risco	2024		
	Descrição	I	II
Taxas de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixada	(2.326)	(930.555) 930.555
Taxa de juros de outras moedas	Exposições sujeitas à variação das taxas dos cupons de moedas estrangeiras	164	32.824 (32.824)
Total		(2.162)	(897.731) 897.731

Fatores de Risco	2023		
	Descrição	I	II
Taxas de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixada	(948)	(293.914) 293.914
Taxa de juros de outras moedas	Exposições sujeitas à variação das taxas dos cupons de moedas estrangeiras	420	46.229 (46.229)
Total		(528)	(247.685) 247.685

Descrição dos cenários de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020:

Cenário I: Impacto no resultado causado pela variação de 1 ponto-base nas taxas de juros (Taxas de juros nominais em reais, Cupom IPCA, Cupom dólar, Taxa de juros de outras moedas) e 1% em moedas estrangeiras, índices e ações.

Cenários II e III: Utilização de choques positivos e negativos baseados em um cenário interno de estresse, que é utilizado para estimar possíveis perdas que poderiam zerar um ano de lucros da tesouraria e, portanto, utilizados para avaliar os limites de risco da tesouraria de acordo com a Política de Apetite por Risco, e descrito no Manual de Risco de Mercado e Liquidez. O choque proposto é definido a partir da distribuição de retornos para tais períodos de retenção. O período de retenção é de 5 dias para Carteira de Negociação e seis meses para a Carteira Bancária.

Choques Cenário II:		Carteira Bancária	
Carteira de Negociação	Carteira Bancária	Fatores de Risco	Unidade
Taxa de juros nominais	bps	211 Taxa de juros nominais	bps
Cupom IPCA	bps	185 Cupom Dólar	bps
Cupom Dólar	bps	122 Taxa de juros de outras moedas	bps
Taxa de juros de outras moedas	bps	131	bps
Moeda Estrangeira	%	11,2	%

Choques Cenário III:		Carteira Bancária	
Carteira de Negociação	Carteira Bancária	Fatores de Risco	Unidade
Taxa de juros nominais	bps	(211) Taxa de juros nominais	bps
Cupom IPCA	bps	(185) Cupom Dólar	bps
Cupom Dólar	bps	(122) Taxa de juros de outras moedas	bps
Taxa de juros de outras moedas	bps	(131)	bps
Moeda Estrangeira	%	(11,2)	%

contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.

b. Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetuou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos concluídos.

c. Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Controles Internos (IBRC), em conformidade com a Resolução nº 2.554 relativo ao ano calendário de 2023 (substituída pela Resolução nº 4.968), do Conselho Monetário Nacional - CMN, e os trabalhos gerenciados pelo CRO do Citi Brasil para garantir o cumprimento da Resolução CMN nº 4.557/17 com o objetivo de avaliar e garantir o gerenciamento integrado de riscos.

d. Em atendimento a Resolução nº 4.860/2020, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria analisou o relatório com dados quantitativos e qualitativos acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil para o exercício de 2023, como parte do processo de observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ass Administradores e à Diretoria do Banco Citibank S.A.
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Citibank S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Citibank S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para perdas associadas ao risco de crédito

Ver notas explicativas 3g, 3i e 8 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3g, 3i e 8, para fins de mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica suas operações de crédito, que compreendem operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, em nove níveis de risco ("ratings") de acordo com o julgamento do Banco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros previstos na Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. O Banco aplica, inicialmente, os percentuais de perda determinados pela referida Resolução para cada nível de risco para fins de mensuração da provisão, e a complementa, quando necessário, com base em metodologia interna (provisão adicional). A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como os percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos do Banco, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para perdas associadas ao risco de crédito representa a melhor estimativa do Banco quanto às perdas.

Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas inerentes à mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, em função da complexidade dos métodos e das premissas utilizados, bem como do julgamento envolvido, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Availamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à revisão e aprovação das políticas e modelos de risco, aos processos de aprovação, registro e atualização dos níveis de risco ("ratings") das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito.

Com base em amostragem, avaliamos a documentação cadastrada, disponibilizada pelo Banco, que suporta a definição e revisão dos ratings dos clientes com base nas Políticas Internas de Crédito. Efetuamos (i) o cálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito conforme percentuais de perda determinados para cada nível de risco e avaliamos se o Banco atendeu aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, relacionados com a aplicação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e (ii) o recálculo da provisão adicional, apurada com base em metodologia interna.

Availamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nº 3g, 3i e 8 consideram as informações relevantes das normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a avaliação da mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Mensuração e avaliação de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários

Ver notas explicativas 3d, 3f, 6 e 7 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3d, 3f, 6 e 7, o Banco possui operações com instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários classificados como títulos "para

negociação" e "disponíveis para venda" (em conjunto "instrumentos financeiros") registrados a valor de mercado, conforme Circulares nº 3.068/2001 e nº 3.082/2002 do Banco Central do Brasil. Para os instrumentos financeiros que não são ativamente negociados e que não possuem cotação de mercado disponível, a mensuração dos valores de mercado está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que o Banco efetua julgamentos na elaboração e definição dos seus modelos internos e premissas utilizadas para estimar esses valores. Adicionalmente, os ativos financeiros classificados na categoria "Disponíveis para venda" são avaliados quanto a indicativos de evidência de perda permanente do valor recuperável, que também envolve julgamento em sua mensuração.

Devido ao nível de incerteza e de julgamento envolvidos, consideramos a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros e a avaliação de indicativos de evidência de perda do valor recuperável dos ativos financeiros classificados na categoria "Disponíveis para venda" como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Availamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários e de revisão dos indicadores de evidência de perda do valor recuperável dos ativos financeiros classificados na categoria "Disponíveis para venda".

Availamos, por amostragem, e com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, a razoabilidade dos dados, parâmetros e informações incluídos nos modelos utilizados para mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros e recalculamos os correspondentes valores de mercado dessas operações.

Availamos, por amostragem, os indicadores de evidência de perda permanente do valor recuperável de instrumentos financeiros classificados na categoria "Disponíveis para venda".

Availamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nº 3d, 3f, 6 e 7 consideram as informações relevantes das normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários, avaliação dos indicadores de perda do valor recuperável e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Provisões para contingências e passivos contingentes

Ver notas explicativas 3o e 24 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3o e 24, o Banco é parte passiva em processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações de natureza cíveis, trabalhistas e fiscais. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil têm grau de complexidade elevado, portanto o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências e dos passivos contingentes, relativos a processos relevantes, e/ou, em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer julgamento profissional dos assessores jurídicos e do Banco.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos no reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões para contingências e passivos contingentes relevantes consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Availamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados ao reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões para contingências e passivos contingentes.

Availamos a probabilidade de perda atribuída às contingências trabalhistas relevantes, bem como os respectivos valores envolvidos, com base nas avaliações dos advogados, os critérios utilizados na metodologia de mensuração dos valores provisionados, bem como dados e informações históricas. Efetuamos ainda o recálculo da provisão para contingências trabalhistas relevantes considerando o comportamento histórico.

Availamos a probabilidade de perda atribuída às contingências cíveis relevantes, bem como os respectivos valores envolvidos, com base nas avaliações dos advogados, e a documentação suporte para o racional considerado pelo Banco na mensuração da provisão para contingências cíveis relevantes. Efetuamos ainda o recálculo da atualização monetária dos valores provisionados. Avaliamos a probabilidade de perda atribuída às contingências fiscais, bem como os respectivos valores envolvidos, com base nas avaliações dos advogados, e avaliamos a documentação suporte para o racional considerado pelo Banco na mensuração da provisão relacionada aos principais assuntos fiscais envolvendo o Banco, e recalculamos a atualização monetária dos valores provisionados.

Availamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nº 3o e 24 consideram as informações relevantes das normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a provisão para contingências de natureza trabalhistas, cíveis e fiscal do Banco e as respectivas divulgações efetuadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

35.4. Gerenciamento de risco de crédito

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil instituiu, em abril de 2010, a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito. A estrutura de gerenciamento de Risco de Crédito está em linha com os princípios da Resolução CMN nº 4.557/2017 e faz parte da segunda Linha de Defesa. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil segue manuais, políticas e procedimentos que regem Risco de Crédito em suas diferentes unidades de negócio de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos Riscos de Crédito em níveis considerados aceitáveis pela Diretoria Estatutária.

35.5. Gerenciamento de risco de liquidez

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, a estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Liquidez Local e Global do Citigroup.

A política de risco de liquidez estabelece uma padronização para definir, mensurar, limitar e reportar o risco de liquidez, garantindo consistência de bases e metodologias entre áreas e países e transparência nos relatórios de risco.

A Liquidez do Banco Citibank Brasil é gerenciada de forma agregada através do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, composto pelas entidades legais que satisfazem os critérios de fungibilidade e responsabilidade definidos na Política de Liquidez.

A estratégia de financiamento e gerenciamento de risco de liquidez do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil é documentada através um calendário que visa garantir a revisão e atualização de métricas, relatórios, limites e gatilhos, projeções de entradas e saídas de caixa, plano de contingência e gestão do risco de liquidez intradiário. Essa revisão segue um regime que contempla aprovações dos gestores de risco local além do Comitê Executivo (*Country Coordinating Committee*).

O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil utiliza medidas de estresse como suas principais métricas para identificar, monitorar e gerenciar o risco de liquidez. As métricas utilizadas permitem ao banco monitorar, controlar e mitigar o risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, garantindo a manutenção do estoque adequado de ativos líquidos de alta qualidade mesmo em condições extremas de mercado. Adicionalmente, o banco conta com alguns outros índices de liquidez que permitem identificar o perfil de captação de recursos da instituição e garantir a diversificação dessas fontes.

35.6. Gerenciamento de risco social, ambiental e climático

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, em linha com as Resoluções CMN nº 4.945/21, nº 4.557/17 e o Normativo SARB nº 14 e nº 26 (Sistema de Autorregulação Bancária), estabelece política interna, procedimentos e governança, sob a supervisão do CRO, para gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático, adicionalmente às iniciativas locais e compromissos globais que a Organização assumiu para os temas ambientais, sociais e de governança.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático, consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Código de Conduta e Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática.

Para maiores informações sobre os compromissos ambientais, sociais e governança do Citigroup consulte o site <https://www.citigroup.com/citi/about/esp> (não auditado).

35.7. Gerenciamento de riscos relevantes

O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui um processo para identificação dos riscos relevantes, sendo que, a partir das diretrizes do grupo e riscos avaliados no planejamento estratégico o banco define o conjunto corporativo de métricas e indicadores que monitoram os riscos relevantes.

35.8. Relatório de gerenciamento de riscos e capital - Pilar 3

O documento tem como função proporcionar informações quantitativas e qualitativas sobre o gerenciamento de riscos e capital e requerimentos regulatórios aplicáveis ao Conglomerado Prudencial Citibank Brasil (Citi Brasil ou instituição). Este Relatório atende à Resolução BCB nº 54 de 2020, inclusive mantendo a padronização definida por este requerimento e seus anexos.

O Citi Brasil possui uma Política Local de Divulgação de Informações (Pilar3) que define responsabilidades, estrutura e governança para a publicação deste relatório. As informações disponíveis são de responsabilidade das áreas de Finanças, Riscos e Recursos Humanos.

A produção e publicação do documento é trimestral, de acordo com a regulação vigente para instituições classificadas como segmento 2 pelo Banco Central do Brasil. As divulgações de Pilar 3 seguem um formato preestabelecido com tabelas fixas (que incluem colunas e rotulagens definidas) e flexíveis (que podem ser adaptadas com o objetivo de apresentar as informações mais relevantes).

Diretor Responsável pela Contabilidade: Rodrigo Barone Costa

Contadora: Camila Rangel Abreu - CRC: MG-086906/O

Em sessão realizada em 27 de março de 2025, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento (i) do relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, (ii) dos assuntos de destaque do semestre